



SARDOAL
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 4/2023

SESSÃO ORDINÁRIA

23 DE JUNHO DE 2023

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: Rita Navalho

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

Intervenção do Público

Ordem de Trabalhos

- 1. Aprovação das atas das sessões anteriores;**
- 2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 3. Proposta de Contas Consolidada de 2022;**
- 4. Revisão orçamental nro.2;**
- 5. Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 – Proposta para reconhecimento da Rota da Estrada Nacional 2 como projeto de interesse para o Município;**

Procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Mora Alves, Adérito Garcia, Joana Ramos, Pedro Pereira, Rui Valente, Dora Grácio, Fernando Vasco, Marcelo Serras, Rita Navalho, César Marques, Paulo Lourenço, Adriano Martins, Vítor Morais, Alcina Almeida, Miguel Alves, Paulo Pedro, Dora Santos, Duarte Nuno Batista. -----

Não estiveram presentes a Senhora deputada Aida Batista e o Senhor deputado Joaquim Serras, tendo este sido substituído pelo Senhor Pedro Pereira. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores. ---

Período Antes da Ordem de Trabalhos

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão manifestando o seu agrado por verificar que neste tempo pós pandemia volta a ver-se a força do associativismo no Sardoal, pelas situações e momentos criados, que unem as pessoas enquanto comunidade, em todas as freguesias e na sede do concelho e que tem trazido muita gente ao Sardoal havendo muito movimento, privilegiando o comércio local e a restauração, o que é de salutar. -----

Referiu que os eleitos locais têm a responsabilidade em participar e serem elementos ativos das associações, quer façam parte das direções ou enquanto sócios, devendo dar o exemplo da participação cívica e associativa no concelho. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adriano Martins que referiu terem sido realizadas no Sardoal, desde a ultima assembleia até aquele dia, dez atividades, nomeadamente o Festival da Associação de Jovens, o Basket Art, pela Associação de Jovens em parceria com a Junta de freguesia de Sardoal e com a Câmara Municipal, o trail, que envolveu todas as associações do concelho, a Associação de Entrevinhas com o 1º Festival das Sopas, a Filarmónica com o Festival dos Petiscos e os Santos Populares e Marchas, o Interassociações, parceria entre a Associação de Jovens e a Associação de Valhascos, a inauguração do Centro de Cycling, o Curso de Desporto da escola, que participou na organização das Finais do Nacional de Vólei e, as Jornadas do Associativismo, como local privilegiado para se discutir os assuntos de interesse das associações, parabenizando todas pelo trabalho desenvolvido e por manterem o Sardoal vivo. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adérito Garcia para apresentar um voto, o qual passou a palavra ao Senhor deputado Fernando Vasco para o apresentar e cujo o teor a seguir se transcreve: -----

“Voto de protesto

“Quem não se sente não é filho de boa gente” diz o nosso povo.

Aprovadas que foram as atas relativas às sessões – extraordinária e ordinária- relativas às sessões de 25 de Abril e 28 de abril de 2023, impõe-se retirar e analisar alguns factos aí ocorridos e daí extrair todas as respetivas ilações e consequências legais e políticas.

Vejamos então os factos:

1-Nos termos da ata, ora aprovada, o Senhor Presidente da Assembleia referiu que esta sessão foi convocada por requerimento do grupo municipal dos deputados do Partido Socialista;

2- No requerimento subscrito por todos os Membros do Grupo Municipal do PS é afirmado o seguinte:

“Comemora-se, dentro de dias, o 49.º aniversário do 25 de Abril de 1974.

49 anos de Liberdade e Democracia devem ser evocados por todos os cidadãos, de modo a que se não perca a memória dos factos e se possa refletir, livremente, sobre o futuro.

A Assembleia Municipal é, por natureza, o órgão representativo de todos os Sardoalenses, devendo, no entender dos eleitos integrantes do Grupo Municipal do Partido Socialista nesta Assembleia, ser convocada extraordinariamente para comemorar formalmente esta efeméride, através da promoção de um Debate subordinado ao Tema: “25 de Abril no Sardoal, o caminho da mudança.” (...).

3- Constatámos posteriormente que foram publicados dois Editais, a 14 e a 20 de abril de 2023, no qual, o segundo assinalava a respetiva Ordem de Trabalhos:

“Ponto Único: Comemoração do 49.º Aniversário do 25 de Abril”

4- Por outro lado, justificou o Senhor Presidente da AM Sardoal a sua decisão de alterar o Debate requerido, potestativamente, pelos membros do GM do PS subordinado ao Tema: *“25 de Abril no Sardoal, o caminho da mudança.”* Para *“Comemoração do 49.º Aniversário do 25 de Abril”* com as seguintes razões:

“O uso da expressão 25 de abril: o caminho da mudança usado fora do contexto nacional ainda que de forma metafórica tem um significado político provocatório e até desrespeitoso que quer fazer dos outros ingénuos, mas aqui ninguém é ingénuo. (...)

A discussão política sobre o Sardoal tem sempre palco nos períodos antes da ordem de trabalhos e nas ordens de trabalho de todas as reuniões desta Assembleia. Querer dar outro cunho com este tema a esta comemoração é afrontar o bom senso que todos devemos ter, não é intelectualmente honesto(...)

5- Passados 3 dias, a 28 de abril de 2023, na abertura da sessão ordinária, certamente depois de ter refletido sobre as afirmações emitidas na sessão de 25 de abril, o Senhor PAM de Sardoal referiu o seguinte:

“(…) referindo o porquê de não ter colocado o tema proposto pelo PS na ordem de trabalhos da Assembleia, para não se criarem confusões, assim o tema que escolheu, para si era suficiente para se poder falar sobre tudo.”

6- Assumindo, inequivocamente:

a) Não ter colocado o tema proposto pelo PS na Ordem de trabalhos da assembleia;

b) Ter, por iniciativa própria e exclusiva, escolhido o tema para a sessão extraordinária convocada pelo PS.

7- Mais afirmou o Senhor PAM do Sardoal: *“(…) que a sua consciência está perfeitamente tranquila que cumpriu com o Regimento, tendo convocado uma Assembleia sobre o 25 de abril (...).*

Posto isto, somos levados a concluir que o Senhor PAM de Sardoal,

8-A requerimento, potestativo, subscrito por todos os deputados do Partido Socialista, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do Regimento da AM de Sardoal e do n.º 1 do artigo 28.º alínea b) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro- Regime Jurídico das Autarquias Locais- subordinado ao debate do tema “25 de abril no Sardoal, o caminho da mudança” convocou uma Assembleia Extraordinária para o dia 25 de abril de 2023;

9- Não colocou o tema do debate proposto pelo PS, por iniciativa própria e exclusiva, tendo escolhido outro tema para a Ordem do Dia da Assembleia extraordinária do dia 25 de abril de 2023

10- Ora, tal facto, não consta do elenco das competências do Senhor PAM e traduz-se, smo, nas seguintes consequências:

a)Violação de Lei: A ordem do dia é estabelecida pela Mesa da AM, constituída como se sabe, pelo PAM e dois Secretários, e não pelo PAM nos termos do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento da AM;

b)Violação de Lei: Impossibilidade legal de alterar o tema do debate proposto pelo GM do PS, por força do direito potestativo que integra o requerimento da sua convocatória e tema de ordem do dia, nos termos alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do Regimento da AM de Sardoal e do n.º 1 do artigo 28.º alínea b) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro- Regime Jurídico das Autarquias Locais

c)Práticas: Desconhecimento por parte dos restantes Membros da AM, do tema do Debate proposto, impossibilitando, assim, a sua preparação e contributos para o mesmo: “25 de abril no Sardoal, o caminho da mudança”.

d)Políticas: Inexistência de condições para a continuidade do exercício do cargo do Senhor PAM.

Em conclusão:

Os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista de Sardoal apresentam com os fundamentos expostos, o presente voto protesto pela prática de atos ilegais e comportamentos políticos reprováveis, manifestados publicamente, sobre a convocatória e respetivo debate da assembleia extraordinária ocorrida no dia 25 de Abril de 2023, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves.

Sardoal, 23 de junho de 2023

Os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, “-----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o voto de protesto a votação, o qual foi chumbado, com onze votos contra e, sete votos a favor. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos começando por referir a distinção de melhor escola do ensino a regular, atribuído ao Sardoal, que tem a ver, não só, com a qualidade do ensino, com uma qualidade da socialização que os alunos do Sardoal fazem.

Saudou o Município pelo evento que iria ter lugar na semana seguinte com pianistas e artistas de todo o mundo, de 26 de junho a 2 de julho, com o alto patrocínio do Senhor Presidente da República. -----

Referiu não poder ter estado presente no Conselho Intermunicipal da CIM do Médio Tejo, na cerimónia da assinatura do protocolo de colaboração, no âmbito da habitação a custos acessíveis entre o IRHU e a CIM do Médio Tejo, solicitando esclarecimentos sobre o assunto ao Senhor Presidente. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que este protocolo tem a ver com a construção de novas habitações, a custos acessíveis, com financiamento de 2.053,900 €, num total de 16 fogos de tipologia 2 T1, 12 T2, 2 T3, para serem construídos na zona entre a piscina coberta e o campo de futebol, moradias em banda, sendo 4 blocos com r/c e primeiro andar, para estar pronto até final de maio de 2025. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Pedro Pereira que manifestou a sua satisfação por ver um cartaz alusivo ao Sardoal, o qual terá custos, mas cujos benefícios serão superiores, pois poderá ser visto por milhares de pessoas. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adérito Garcia que começou por felicitar todo o movimento associativo, cultural e desportivo, especialmente o Grupo Desportivo de Alcaravela pela grande época que fez este ano, no Inatel. -----

Manifestou com agrado a classificação que a escola do Sardoal obteve na classificação nacional. -----

O Senhor deputado informou da assembleia extraordinária da Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo, na qual esteve presente o presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo e a presidente da direção do ACES, para dar nota da evolução dos trabalhos de preparação do dossier da unidade local de saúde, aguardando-se esclarecimento sobre o processo e daquilo que importa para o Sardoal, tendo sido questionado quais os benefícios para o Sardoal, nomeadamente na questão ou na resolução do problema dos médicos de família, tendo sido respondido que a nova entidade terá uma autonomia para contratar médicos, diferente daquela que tem agora, o ACES não tinha esta autonomia, o Centro Hospitalar do Médio Tejo já tinha, a nova unidade de saúde terá competências e responsabilidades muito mais próximas do que tinha o centro hospitalar, podendo assim o processo de contratação ser mais célere. -----

Informou ter sido discutida uma moção apresentada pela CDU sobre a redução de portagens na A23 de forma progressiva. -----

Continuou o Senhor deputado, sobre os médicos de família, questionando o Senhor Presidente da Câmara se tem informação sobre a comparticipação financeira do município de mação aos médicos de família e se é assim ou não e se o município tem, de alguma forma, feito também esse eventual pagamento de contrapartidas, de apoio. -----

Questionou também se existe mais alguma informação sobre as antenas de comunicação, pois houve problemas na antena de Chã Grande, havendo munícipes que se queixaram à operadora, existindo ainda duas antenas que não estão em funcionamento. -----

Continuou o Senhor deputado referindo-se às reuniões do executivo, enquanto deputado municipal, porquanto a Assembleia Municipal é a entidade fiscalizadora da Câmara Municipal, nomeadamente nos processos que são analisados em reunião de Câmara e que não são acompanhados de todos os elementos, continuando a faltar nos processos uma proposta de votação, sendo que os funcionários fazem o seu parecer técnico, mas quem tem o pelouro, tem de apresentar uma proposta para ser votada. -----

Referiu ainda o envio tardio dos documentos à vereação. -----

O Senhor deputado sugeriu que os membros do executivo vissem a reunião, porque quem está a ver, não está ao corrente dos dossiers e muitas vezes não percebe qual é o pedido, qual é o tema, o que esta a ser votado ou discutido, considerando haver, por vezes, vocabulário desapropriado quando alguém está a intervir e se diz isso é falso, isso é mentira, havendo com muita frequência, interrupção da pessoa que está a intervir, o que quebra o raciocínio, quebra a explanação da opinião de quem está a expressar e acima de tudo, quebra o interesse dos munícipes que estão a assistir. -----

O Senhor deputado Adérito Garcia mencionou o facto de haver regulamentos que carecem de correções, de ajustes, ou outros, que foram corrigidos ou foram feitos esclarecimentos, questionando se alguns estão bem, se ainda estão sujeitos a correção, nomeadamente o da creche, pois houve algumas dúvidas, assim como no o regulamento das bolsas de estudo, em que houve anos que, depois das candidaturas, houve alguns ajustes ao regulamento ou aos critérios, tendo acontecido o mesmo com a visita de estudo a França, assim como o regulamento do pavilhão gimnodesportivo, que foi a reunião de Câmara, vai implicar uma alteração à tabela de taxas, esperando que, quando o mesmo for presente a discussão na Assembleia Municipal traga essa tabela de taxas. -----

Questionou ainda sobre a disponibilidade dos membros do executivo para representar o Município em eventos pelo concelho, pois tem reparado que nos últimos meses há eventos em que o município está representado, mas não por membros do executivo. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para referir que uma das missões da Assembleia Municipal é a fiscalização, o acompanhamento do que é a atividade do executivo Camarário e, na suja opinião, é uma falta de elegância a Assembleia Municipal pronunciar-se sobre o funcionamento de uma reunião de Câmara, nunca tendo visto esse

protesto ser feito pelos Vereadores que são os verdadeiros interessados nas reuniões do executivo Camarário. -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Assembleia, não se identificar, de todo, com a opinião do Senhor deputado e enquanto Presidente da Assembleia Municipal gostaria que isso ficasse bem claro. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por referir que quem representa a Câmara Municipal é o Presidente da Câmara, que se pode fazer representar pelos Vereadores e que até não é proibido fazer-se representar pelo seu gabinete, e quem tem ido aos eventos, oficialmente, representando a Câmara Municipal tem sido o Presidente e os Vereadores. -----

Sobre o pavilhão, o Senhor Presidente referiu que respondeu às questões em reunião de Câmara, dizendo que se estava a fazer o processo de revisão da tabela de taxas e que a aprovação seria em setembro, em simultâneo. -----

Disse não ter havido alteração das regras do jogo nas bolsas de estudo, nem em relação à viagem de estudantes, houve uma clarificação, que não prejudicou em nada, nem ninguém, foi detetado um vazio e tentou colmatar-se o mesmo, e, sobre as bolsas de estudo não entende o que quer dizer, pois o que houve foi uma recomendação do provedor de justiça, com a qual concordou e a qual foi aplicada, sempre em benefício dos candidatos. -----

Continuou dizendo que os regulamentos têm de ser dinâmicos e sobre o regulamento da creche o mesmo foi feito pelas exigências do tempo, e no tempo possível e de facto, passado este tempo, existe necessidade de se olhar com os olhos de quem já tem uma creche acerca de 3 anos, e melhora-lo e adequa-lo à realidade e foi o que disse na reunião de Câmara e aquilo que vai ser feito, não tendo havido qualquer alteração às regras do jogo. -----

Ainda sobre os regulamentos municipais, disse estar a ter-se muito trabalho havendo uma quantidade significativa de regulamentos que estão a ser neste momento revistos e que terão que estar concluídos e aprovados na assembleia de setembro. -----

O Senhor Presidente referiu haver uma excelente relação entre os cinco membros do executivo, mas que não impede que haja o calor da discussão, sendo os assuntos conversados e alguns até antecipadamente e, inclusive, quando algum membro do executivo não pode estar presente numa reunião adapta-se à disponibilidade, existindo uma flexibilidade saudável e o que tem dito aos vereadores é que, se houver algum

elemento em falta e que seja necessário para a sua tomada posição, que contacte o executivo. -----

Sobre os documentos enviados em cima da data, normalmente são aqueles que não exigem tanta a discussão, mas aceita que possa haver alguns que exijam alguma discussão e até pode aceitar que os Senhores vereadores não estejam com todos os elementos suficientes para manifestar a sua opinião e, a acontecer, só têm de o manifestar e o assunto é adiado. -----

Em relação às informações não terem uma proposta de voto, disse não concordar, e na sua opinião não é saudável para a democracia, porque os temas introduzidos e sujeitos a discussão e, de acordo com o Regimento, quando for a votação o Presidente é o ultimo a votar, e se fizer uma proposta com intenção de voto, já sabem qual é a sua opinião, mas a democracia tem outros contornos e os Vereadores da oposição terão toda a capacidade argumentativa, inclusivamente para mudar a sua opinião, assim sendo, o assunto é apresentado, é discutido e depois, cada um, após a discussão, tomará o seu sentido de voto. -----

Disse ainda o Senhor Presidente ter muito orgulho no que tem sido a relação de todos em termos de reuniões de camara, podendo sempre haver melhorias, mas não aceita os reparos do Senhor deputado. -----

Sobre a questão dos médicos de família disse não concordar com o mercantilismo que está a acontecer em relação a este assunto, e é uma intromissão naquilo que são competências do governo o qual tem de criar condições, não concordando com este modelo. -----

No que concerne às antenas de comunicações, uma esteve avariada dois dias, mas já foi reposta e as outras duas ainda não estão em funcionamento, estando a Autarquia a acompanhar, mas é um assunto de domínio privado, a Câmara incentivou e conseguiu que neste momento haja três novas antenas no concelho, tendo sido uma enorme mudança na zona de Alcaravela esperando que as outras duas quando estiverem a funcionar, venham também melhorar as comunicações. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Paulo Pedro que começou por manifestar o seu orgulho pelo Grupo Desportivo de Alcaravela, que mostra todo o empenho que se tem tido naquela freguesia e no concelho, por chegar aos quartos-de-final a nível nacional do Inatel. -----

Fez referência ao trail que foi novamente um sucesso no concelho, com os seus 400 participantes. -----

Referiu o Centro de Cycling, que é benéfico para mostrar as aldeias e que traga novamente as pessoas a visitar sem ser no âmbito do desporto. -----

O Senhor deputado parabenizou a realização do Campeonato Nacional de Voleibol iniciados, com oito equipas que vieram ao Sardoal. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Miguel Alves que começou por questionar sobre o ponto de situação do furo de Entrevinhas, sabendo-se que os níveis freáticos estão em baixa e dada a sua localização é um ponto estratégico para o combate a incêndios e, quais as medidas e soluções que serão adotadas para o local. -----

O Senhor deputado referiu que lhe têm chegado algumas reclamações relativamente à rede móvel e a nível da internet, em Andreus, porquanto as pessoas têm muita dificuldade em realizar comunicações. -----

O Senhor deputado parabenizou o Agrupamento de Escolas de Sardoal, docentes, alunos, pais dos alunos dado que a média foi muito boa. -----

Relativamente às associações e aos diversos eventos em que estas participam, referiu ser muito importante o contributo dos eleitos locais e a sua presença nos mesmos, parabenizando assim as associações pelo seu dinamismo. -----

Disse ainda que sendo as associações um pólo central das atividades da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, na sua opinião, existem algumas situações em que por vezes começa a haver alguma sobreposição de atividades, devendo haver algum cuidado com isso para que as associações não se aborçam entre si. -----

O Senhor deputado solicitou que entre assembleias municipais e, podia ser espelhado na informação do presidente, os apoios que são concedidos às associações, nomeadamente qual o apoio, qual o montante e o fim a que se destina, pois considera ser uma informação importante para os deputados municipais. -----

O Senhor deputado questionou quais as associações que têm protocolos com o município, qual é a percentagem do montante recebido e se os valores são condizentes com o período decorrido, tendo em conta que se está a meio do ano. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara começando por dizer ao Senhor deputado Miguel Alves que a resposta ao seu pedido ser-lhe-á enviada posteriormente. ----

Continuou, referindo que no final ano existe o plano de atividades e orçamento e o relatório de contas nos quais constam essas informações, existindo também um regulamento de apoio ao associativismo e, o que se faz, é sempre com base nesse regulamento, lamentando que muitas das associações, tenham faltado às Jornadas do

Associativismo, pois havia situações importantes de serem esclarecidas, nomeadamente perceberem o que são os apoios e o que é um regulamento de apoio associativismo, existem os apoios que são programados, os apoios anuais, o apoio ao plano de atividades, mas, uma associação que se lembra de fazer uma atividade que não está no seu plano de atividades, de acordo com o regulamento, essa atividade é apoiada se o executiva achar que há interesse municipal. -----

Sobre a reclamação da rede móvel em Andreus, é sabida a sua dificuldade, mas com a ligação da antena na Santa Casa da Misericórdia acredita-se que irá melhorar, a Câmara tenta perceber o que se passa, existindo alguns constrangimentos, mas nada tem a ver com o município. -----

Sobre o furo de Entrevinhas, o mesmo está no terreno da Junta, havendo duas entidades que se assim entenderem, têm de se entender em relação a isto, contudo pela proximidade que está da Barragem da Lapa é facilmente controlável o facto de a capacidade do furo não ser a suficiente, mas a Barragem da Lapa poderá resolver esta situação. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado César Marques reiterando todo o papel que tem vindo a ser feito pelas associações, a nível do desenvolvimento do associativismo no Sardoal, com o seu trabalho muito significativo. -----

Referiu compreender que o Município não possa apoiar monetariamente todas as iniciativas de uma forma extraordinária, sugerindo que se faça uma revisão do regulamento no sentido que, de grosso modo, o apoio que é feito por parte do município é o apoio ao plano anual de atividades e, se calhar, este pressuposto não é o mais adequado devido ao conjunto de iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas. -----

Na sua opinião uma associação que apenas realize a sua festa anual, se calhar necessita de menos apoio do que uma associação que tenha um volume maior de iniciativas, não quer dizer que estas iniciativas possam ser ou não geradoras de receita e que a associação possa ou não vir a ter esse proveito. -----

O senhor deputado fez referência ao papel do Grupo Desportivo de Alcaravela no desenvolvimento social, desportivo e local pois move muitas pessoas para aquela área do concelho, questionando se têm vindo a ser desenvolvidos esforços para colocação de relvado sintético no terreno daquele grupo desportivo. -----

O Senhor deputado questionou para quando poderá ser utilizado publicamente o Pavilhão Municipal. -----

Questionou também se havia desenvolvimentos sobre o concurso dos médicos de família.

Continuou o Senhor deputado mencionando a questão do problema da saúde mental, em que para esta região existe um psicólogo, para poucos municípios e o agrupamento de centros de saúde não tem resposta para este assunto, e, ainda que seja uma responsabilidade do governo, questiona o que pode fazer o município na prevenção da saúde mental. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara e, referindo-se à saúde mental disse que o PRR criou linhas para um conjunto de entidades poderem melhorar esta resposta que é praticamente inexistente no âmbito da sua pública. -----

A Autarquia tem um protocolo com uma associação, com sede em Tomar, e que está a trabalhar nesta região e que, no âmbito da saúde mental, fazendo parte do CLAS, tem-se encaminhado algumas situações problemáticas que existem no concelho, estando uma vez mais o Município a substituir a saúde pública. -----

Relativamente ao pavilhão, o Senhor Presidente disse que poderia ser utilizado pelas associações numa prática desportiva que seja federada, ou oficial, mas por grupos de cidadãos, como é feito no parque desportivo, é necessário o seu regulamento, que se encontra em período de discussão pública e que virá à Assembleia Municipal de setembro. Disse ainda que a prioridade é a escola, as associações desportivas na sua prática desportiva e depois haverá espaço para o cidadão normal. -----

Em relação ao apoio ao associativismo o Senhor Presidente referiu que apesar de os dirigentes associativos serem pessoas voluntárias, tem de haver organização, programação e planeamento e, se não houver da parte dos grupos desportivos, terá a Câmara municipal de ter, e todos os dirigentes desportivos entenderão que se as associações a qualquer momento começarem a querer fazer atividades que não estão enquadradas ou orçamentadas pelo Município, poderá haver constrangimentos e isso não pode acontecer. -----

O Município saúda, louva e apoia iniciativas que não estejam no plano de atividades e que não tenham sido objeto de análise aquando do período de candidatura, estando essas situações previstas no regulamento, contudo, a exceção não pode ser a regra. -----

Referiu ainda ter dito nas jornadas do associativismo, que considerando todas as situações que vão aparecendo, poderia ser o momento certo para se rever, recordando que este regulamento foi construído pelas associações. -----

Sobre a relva no GDA, referiu ter reunido com o presidente do grupo e com o Presidente da Junta de Freguesia, para se começar a pensar sobre este assunto, pois é um investimento superior a 200.000€ e todos têm de fazer muitas opções e perceber o que é

que se quer para se ter um campo relvado, que na sua opinião é fundamental para que haja continuidade do grupo desportivo, porque há cada vez mais jovens e cada vez mais há menos jogadores da velha guarda, que vêm das escolas e escolhem o clube porque tem campo relvado, por isso é muito importante que a comunidade principalmente a alcaravelense comece a pensar que tem um conjunto de receitas, de apoios, e direcioná-los para aquilo que querem, sendo que a Câmara assumirá as suas obrigações como assumiu na recuperação da sede dos Lagartos, na compra da sede da Filarmónica, como assumirá na recuperação da Igreja Matriz. -----

Foi dada a palavra à Senhora deputada Joana Ramos que referiu que o concurso no âmbito da saúde estaria a terminar, desejando que não fique vazio para esta região e considerando que o assunto não se resolve com medidas avulsas e precárias de contratar gente e serviços do pé para a mão. -----

Referiu que o voto inicial proposto pelo PS foi irrelevante para o quotidiano do Sardoal, perdendo o Partido Socialista mais uma vez, a oportunidade de saudar em primeira mão o tecido associativo, os feitos e iniciativas, quer do poder público quer do poder cívico que tem tido lugar nos últimos meses no Sardoal. -----

Interveio o Senhor Presidente dizendo que de acordo com a comunicação social, para o Aces do Médio Tejo, existiam 37 vagas e dessas só três foram preenchidas, duas foram preenchidas para o concelho de Torres Novas e uma para Fátima, havendo um Município que atribuiu uma verba de 600€ e ninguém concorreu para lá e outro Município atribuiu uma verba de 2500 €, mas que não teve a atratividade suficiente para resolver este problema. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Rui Valente que começou por fazer referência à entrada sul do Sardoal no Ribeiro Barato, em as árvores têm rebentos a sair das raízes e os passeios da zona industrial, as entradas, estão muito descuidadas. -----

Questionou relativamente à acalmia de trânsito na zona da freguesia Valhascos, local onde os carros passam com muita velocidade. -----

Referiu o reinício das obras na Etar de Valhascos, já tendo chamado à atenção para eventuais transtornos, havendo já algum mal-estar de alguns fregueses, questionando se existe alguma solução para que se possa resolver a situação sem a chaminé que está prevista. -----

Continuou questionando sobre o número de imóveis cujo IMI já tinha sido agravado pois existem centenas no concelho que precisam de ser agravados e seria uma receita que para o município. -----

O Senhor deputado fez referência a um sinal que está à saída do Sardoal, para o lado de Andreus e não sendo competência da Autarquia, deveria alertar-se para que se mude, pois Chão de Codes não faz sentido estar ali, assim como o sinal que está à saída de Valhascos para as bombas da gasolina, que diz Sardoal e não se sabe, quem vai para a direita ou para a esquerda e, já que o município fará parte da Associação Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, para não induzir em erro as pessoas que fazem esta rota. -----

Continuou o Senhor deputado referindo-se ao outdoor na A1 o qual gostou de ver, mas também gostava de ver um outdoor a dizer “Senhores investidores invistam no Sardoal”. --

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o cartaz tem uma sub leitura que é o investimento no Sardoal, é preciso é entender o que é que aquilo quer dizer, não é só sobre o Encontro Internacional de Piano, pois existem muitas formas de investir e de promover uma localidade, com atratividade para investimento. -----

Sobre a referida chaminé disse ser uma questão técnica e o que a Câmara tentou fazer e é sua obrigação, foi perceber quais eram as intenções dos moradores, nomeadamente num prédio onde não há construção e perceber se aquilo que esteticamente menos afeta era compatível com a vontade do dono daquele prédio. -----

O Senhor Presidente questionou o Senhor deputado Rui Valente sobre o número de vezes que se queixou a GNRF sobre o excesso de velocidade naquele local, sendo que existe uma responsabilidade cívica, e uma responsabilidade fiscalizadora, dos órgãos de fiscalização que é a GNR. -----

O Município pode fazer e melhorar com a introdução de medidas da acalmia de trânsito, tendo já a comissão de trânsito debruçado-se sobre este assunto. -----

Sobre as raízes das arvores no Ribeiro barato, o Senhor presidente referiu que ou se usa produto químico prefere-se que as ervas cresçam. -----

No que concerne à zona industrial esta já foi limpa uma vez, sendo neste momento complicado devido à temperatura, mas tem-se feito um bom trabalho com funcionários dedicados a essa limpeza, mas não se consegue que estejam em todo lado sempre a fazer as mesmas coisas, sendo privilegiadas certas zonas, havendo umas em que a intervenção é mais regular. -----

Sobre os sinais referiu serem da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, estando a ser colocados novos sinais específicos dedicados à Rota da Nacional 2. -----

Interveio o Senhor deputado Miguel Alves em resposta à Senhora deputada Joana Ramos dizendo ser do PS e ter cumprimentado o tecido associativo como sempre o faz e deve ser feito, enaltecendo não só o tecido associativo como também o agrupamento de escolas

de Sardoal e como fará em todas as situações que tenha de felicitar, não tendo a senhora deputada sido feliz na frase que disse, pois não deve ter ouvido a sua intervenção. -----

Período de Intervenção do Público

Sem intervenções. -----

1. Aprovação das atas das sessões anteriores;

Postas a aprovação as atas das reuniões realizadas nos dias 25 e 28 de abril, as mesmas foram aprovadas por unanimidade. -----

2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo estar espelhado no documento a atividade do executivo, informando estar a aguardar-se uma reunião com a APA por causa da Barragem da Lapa e manifestando a sua disponibilidade para responder a questões. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia questionando sobre a reunião tida pelo Senhor Presidente na CIMT sobre bio resíduos, para perceber a evolução do assunto porque já devia estar a ser tão feita a separação e recolha e tratamentos dos mesmos. -----

Questionou também sobre o PDM, pois no parecer da CCDRLVT foram levantadas algumas questões legais que condicionam o parecer de aprovação final, indagando que tipo de questões legais são. -----

Continuou o Senhor deputado referindo existir um degradar da situação financeira estando a mesma em desequilíbrio, questionando qual o prazo de pagamento a fornecedores que se está a cumprir. -----

Interveio o Senhor Presidente referindo não saber qual o prazo que está a ser cumprido, mas que o mesmo está dentro do intervalo legal. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente dizendo que sobre os bios resíduos, a APA estabeleceu metas muito concretas para todo o país. -----

A entidade que faz a gestão dos biorresíduos sólidos urbanos onde os biorresíduos se vão integrar está a cargo da Tejo Ambiente, sendo todo o trabalho de contestação das metas estabelecidas, feitas com base num estudo feito por uma multinacional que parece não conhecer assim tão bem o território, juntamente com a Valnor, as quais irão reunir também com o município, para concertação da resposta à APA. -----

Referiu que até outubro, todos os municípios, no caso do Sardoal, com colaboração da Tejo Ambiente, têm de fazer um plano de ação para estas metas e como as alcançar ao longo dos anos, medidas quer temporais quer financeiras, como é que se vai conseguir. -----

Continuou dizendo que neste momento no Sardoal, a Tejo Ambiente vai implementar em breve, um projeto piloto, tendo os biorresíduos duas formas de serem tratados, um é o tratamento na origem, é produzido e tratado em casa com compostagem, não é recolhido, e outro é, recolha e tratamento posterior. -----

No Sardoal será um mix, em que vão ser entregues compostores só na vila, porque fruto desse estudo que será contestado, não são admissíveis estas recolhas noutros territórios do concelho, e será recolha porta a porta, e em paralelo, serão dados compostores caseiros às pessoas que queiram. -----

Sobre o PDM referiu ter havido aa reunião da comissão consultiva em março onde todas as entidades apresentaram os seus pareceres, sendo alguns deles recomendações e outros falam na parte legal. -----

O Senhor Vice-Presidente disse que as regras irão mudar havendo agora solo rústico e solo urbano e dentro destes há vários categorias, e, para se eleger uma povoação como aglomerado rural ou área de divisão dispersa por exemplo são dois tipos de povoamentos em solo rústico que depois tem consequências em termos legais, e o que se pode ou não fazer nesses terrenos e, às vezes depende de critérios que, na Lei, quem lê, são critérios muito objetivos mas depois quem vai analisar não é assim tão regular. -----

Informou que no mês de julho serão convidadas as entidades para reuniões de concertação onde será debatido aquilo que é preto no branco e, estas dentro da sua disponibilidade é que as vão marcar, algumas informaram que até setembro não será possível. -----

Referiu ainda haver um ou dois pareceres desfavoráveis, ultrapassáveis e com coisas simples, havendo também pareceres favoráveis, mas condicionados e é nestes que tem de se debater muito, como o caso da CCDR do INCF. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3. Proposta de Contas Consolidada de 2022;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que este é um documento técnico que obriga a que se possa consolidar as contas da Tejo Ambiente com as do Município. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que o assunto não estava em condições de ser discutido naquele dia, pois o documento não estava conforme com o que era suposto, pois é um rascunho e nem sequer estava assinado. -----

Interveio o Senhor Presidente dizendo que o documento é igual ao que está assinado e tem sido sempre assim, os documentos vêm sempre como draft e isso nunca foi posto em causa e sempre se confiou. -----

O Senhor deputado Adérito Garcia questiona, porque não foi enviado o documento assinado se ele existe. -----

O Senhor Presidente referiu que o Senhor deputado tem feito um conjunto de recomendações, mas neste assunto opta por não fazer recomendações e pôr pedras na engrenagem e, na sua opinião, sem confiança naquilo que o chefe de divisão disse, que o documento estava igual e que o Senhor deputado recebeu os documentos a tempo de pedir para que fossem corrigidos, mas não o fez. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado referindo lamentar que o Senhor Presidente queira colocar em cima de outros, responsabilidades que são suas, pois deveriam ter verificado se as coisas estavam em condições. -----

O Senhor Presidente da Câmara solicitou que a sessão fosse suspensa para que se fosse à Câmara Municipal buscar o documento original. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco referindo ser lamentável que um documento seja distribuído a todos os deputados e que não esteja em condições de ser votado e o documento original que acabou de se receber devia ter servido, tendo esta suspensão servido para que no próximo ano o mesmo não se repita. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia dizendo ser lamentável que nenhum senhor deputados tenha assinalado que os documentos não estavam conformes dado terem-nos recebido com muita antecedência. -----

Interveio o Senhor deputado Fernando Vasco para dizer ter verificado que o documento era um draft, tendo esperado até ao ultimo momento que o original lhe fosse enviado. -----

Considerando o artigo 76º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, bem como o artigo 75º da mesma Lei, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar os documentos de prestação de contas consolidados, com onze (12) votos a favor, cinco (5) votos contra e uma (1) abstenção. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro e o nro.4, do artigo 41, do Regimento deste órgão, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

4. Revisão orçamental nro.2;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo tratar-se da inclusão de novas rubricas, a venda de bens de investimento de um terreno no valor de 5.512 € e também de

transferências de capital relacionadas com o condomínio das aldeias, no âmbito da despesa tem a ver com as ações do condomínio das aldeias, pois por um lado entra como receita e noutra como despesa, e também uma alteração nas despesas, no âmbito da defesa de floresta contra incêndios, reparação de caminhos rurais que agora passam a ser consideradas como despesas de capital. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adérito Garcia que questionou sobre a venda de património, qual o motivo, como correu este processo, não sendo o valor importante, mas sim a estratégia, e, na opinião dos deputados do PS, a venda de património só deve ocorrer em última instância daí questionar qual o motivo da venda. -----

O Senhor Presidente respondeu ser um terreno rústico que estava a dar despesa e que assim será feito com outros terrenos que dão despesa e que estrategicamente não fazem sentido algum para o município, tendo o processo decorrido dentro os trâmites legais. ----

Considerando a alínea a) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a Alteração Orçamental Modificativa – Revisão nro. 2/2023. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 57º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro e o nro.4, do artigo 41, do Regimento deste órgão, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

5. Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2 – Proposta para reconhecimento da Rota da Estrada Nacional 2 como projeto de interesse para o Município;

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referindo ser proposta da Associação da Rota da Nacional 2, a todos os municípios nos quais esta estrada atravessa, que considerem ser um projeto de interesse municipal e, na sua opinião é facilmente entendível a importância estratégica desta estrada, em termos de desenvolvimento económico que tem, sendo uma rota de interesse turístico e ao mesmo tempo também de desenvolvimento da economia local. -----

O Senhor deputado Fernando Vasco interveio para referir concordar com as palavras do Senhor Presidente sobre rota ser extremamente importante. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Pedro Pereira, referindo conhecer bem a nacional 2, sendo de domínio público que continua a verificar-se um número significativo dos que fazem a rota, que quando chegam à zona industrial veem, Codes, Vila de Rei e perdem um dos troços mais bonitos, nomeadamente o mural em S. Domingos. -----

Disse já ter falado com o Presidente de Santa Marta mas o problema mantém-se, questionando como se contorna esta situação. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo já ter existido um placard, no cruzamento, tentando elucidar as pessoas de qual era a verdadeira Rota da Nacional 2, estando o assunto a ser resolvido, com a colocação de sinalética, contudo, existem dois tipos de turistas da Nacional 2, uns são colecionadores de carimbos e outros procuram realmente o traçado original, mas pessoas menos experientes nestas coisas poderão enganar-se. -----

A Assembleia Municipal de Sardoal tomou conhecimento, da proposta apresentada pela Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, aprovada e reconhecida como projeto de interesse municipal em reunião de Câmara realizada no dia 7 de junho de 2023.

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram dez horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____